

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026**

O Município de Marau, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 87.599.122/0001-24 com sede na Rua Irineu Ferlin, n.º 658, torna público que será realizada licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação (internet), através do endereço eletrônico <http://transparencia.pmmarau.com.br/comprasedital/>, para:

QUADRO RESUMO	
Modalidade/Número:	<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026</b>
Objeto:	<b>Contratação de empresa especializada em Medicina Veterinária do Coletivo para prestação de serviços de consultoria, assessoramento e responsabilidade técnica no âmbito do Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – “Marau CuidaPet”.</b>
Número do Processo:	<b>0840/2026.</b>
Secretaria Municipal solicitante:	<b>Departamento de Engenharia e Meio Ambiente.</b>
Período de recebimento das propostas:	<b>De 30 de abril a 14 de maio de 2026.</b>
Data da sessão:	<b>14 de maio de 2026.</b>
Horário da sessão:	<b>8h.</b>
Local:	<b><u><a href="http://transparencia.pmmarau.com.br/comprasedital/">http://transparencia.pmmarau.com.br/comprasedital/</a></u>.</b>
Critério de julgamento:	<b>Menor preço global.</b>
Modo de disputa:	<b>Aberto e Fechado.</b>
Orçamento:	<b>Sigiloso.</b>
Participação de Micro e Pequenas empresas:	<b>Ampla participação, com aplicação das prerrogativas previstas em lei para as micro e pequenas empresas, conforme disposto no subitem 5 deste edital.</b>

O presente processo é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, e pelo Decreto Federal nº 11.462/2023 e pelas condições fixadas neste edital e seus anexos, às quais os interessados devem se submeter sem quaisquer restrições.

Todas as referências de tempo citadas no aviso da licitação, neste Edital, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.

Marau, 29 de abril de 2026.

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL**
- 3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO**
- 4. DA PARTICIPAÇÃO**
- 5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SUAS PRERROGATIVAS**
- 6. DO CREDENCIAMENTO**
- 7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS, DA ETAPA COMPETITIVA E DA NEGOCIAÇÃO**
- 9. DA ACEITABILIDADE, DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 11. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**
- 12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
- 13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 14. DA ASSINATURA DO CONTRATO E DA SUA VIGÊNCIA**
- 15. DO PAGAMENTO**
- 16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 17. DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO DO CONTRATO**
- 18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 19. DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 20. DA FISCALIZAÇÃO**
- 21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**
- 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto da presente licitação **Contratação de empresa especializada em Medicina Veterinária do Coletivo para prestação de serviços de consultoria, assessoramento e responsabilidade técnica no âmbito do Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – “Marau CuidaPet”**, conforme especificações, quantidades e condições constantes neste edital e seus anexos.

**1.2.** O objeto da presente licitação visa à contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, de acordo com as condições contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência (Anexo II) e da Minuta de Contrato (Anexo III).

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o de **Menor preço global** considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do artigo 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

**1.4.** Demais informações pertinentes ao objeto da licitação encontram-se detalhadas nos anexos do edital.

**1.5.** Fazem parte deste edital:

<b>ANEXO I</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.</b>
<b>ANEXO III</b>	<b>MINUTA DE CONTRATO.</b>
<b>ANEXO IV</b>	<b>MODELO DE DECLARAÇÕES.</b>
<b>ANEXO V</b>	<b>MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL.</b>
<b>ANEXO VI</b>	<b>MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.</b>

## **2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL**

**2.1.** O edital e os anexos estão disponíveis no Portal de Compras deste Município, através do endereço <http://transparencia.pmmarau.com.br/comprasedital/>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br). Mais informações pelo telefone (54) 3342-9520/9545 ou pelo e-mail [licitacoes@marau.rs.gov.br](mailto:licitacoes@marau.rs.gov.br).

**2.2.** A licitação será realizada na forma eletrônica mediante condições de segurança, criptografia e autenticação.

## **3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO**

**3.1.** Na data e horário designados no **quadro resumo, 14 de maio de 2026 – 8h**, será aberta sessão pública pelo pregoeiro.

**3.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em sentido contrário.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto, observadas as condições constantes do edital e anexos, e que estejam devidamente cadastradas no Portal de Compras através do endereço <http://transparencia.pmmarau.com.br/comprasedital/>.

**4.2.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente os licitantes que:

**4.2.1.** não atendam as condições do edital e seus anexos;

**4.2.2.** não atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

**4.2.3.** estejam proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.2.4.** estejam sob processo de falência. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005;

**4.2.5.** sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**4.2.6.** sejam instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do artigo 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017);

**4.2.7.** estejam constituídos sob a forma de consórcio.

**4.2.8.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Município ou com agente público que desempenhe função no procedimento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.2.9.** as empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.2.10.** a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

#### **5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SUAS PRERROGATIVAS**

**5.1.** Para fins de obtenção do tratamento diferenciado de que tratam os artigos 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123/2006, quando do envio da proposta inicial, **o participante deve declarar eletronicamente em campo próprio do sistema na aba de Credenciamento.**

**5.1.1.** que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impeditivos previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**5.1.1.1.** Na licitação/item em que a participação não for exclusiva para microempresas ou empresas de pequeno porte, não assinalar a declaração mencionada acima, apenas produzirá efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte, e que anexe, na habilitação, a declaração comprobatória no Portal de Compras.

**5.1.1.2.** Na licitação/item exclusivo para participação de microempresas ou empresas de pequeno porte, ao não assinalar a declaração mencionada, o licitante ficará impedido de prosseguir no certame, em relação à licitação/item.

**5.2.** A ausência dessa declaração, no momento do envio da proposta, significará a renúncia da microempresa ou da empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a ela concedida pela Lei Complementar federal nº 123/2006.

**5.2.1** - No caso de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

**5.3.** Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta não seja de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

**5.4.** Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**5.5.** No caso de não contratação à microempresa ou à empresa de pequeno porte, serão convocadas as empresas remanescentes que se encontrem na situação de empate, de mesmo enquadramento empresarial, na ordem classificatória, para o exercício do direito aqui previsto.

**5.5.1.** Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento empresarial, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa que originalmente apresentou o melhor lance.

**5.6.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, **sob pena de inabilitação.**

**5.7.** A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para apresentar as respectivas certidões de regularidade.

**5.8.** A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**5.9.** Não se aplicam os critérios de desempate previstos nos subitens 5.3 e 5.4, caso a licitação se destine exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

## **6. DO CREDENCIAMENTO**

**6.1.** Os interessados em participar desta licitação deverão estar regularmente credenciados junto ao Portal de Compras: <http://transparencia.pmmarau.com.br/comprasedital/>.

**6.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e não resultará em qualquer custo para o licitante.

**6.1.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou representante legal e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a esta licitação.

**6.2.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras e mantê-los atualizados, devendo proceder imediatamente à correção ou à alteração dos dados tão logo identifique incorreção ou esses dados se tornem desatualizados.

**6.3.** O licitante é responsável exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras as propostas e os lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante legal, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Marau por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**6.4.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo Pregoeiro, ou em caso de sua desconexão.

**6.5.** Os interessados em se credenciar no Portal de Compras poderão obter mais informações na página <https://ajuda.fiorilli.com.br/category/scpi/scpi9-pregao/>.

## **7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1.** A proposta de preço eletrônica deverá ser enviada, exclusivamente pelo Portal de Compras, no período **de 30 de abril a 14 de maio de 2026 até as 07h59min** (horário de Brasília).

**7.2.** O licitante deverá preencher, no sistema eletrônico, os seguintes campos:

**a)** Valor global mensal e anual, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com até 02 (duas) casas decimais, considerando as condições deste edital;

**7.2.1.** Ainda, o licitante, deverá anexar a proposta inicial conforme modelo (Anexo V) no formato PDF.

**7.2.2.** É vedado ao licitante sua identificação na proposta inicial encaminhada ou através do lançamento da sua proposta no Portal de Compras.

**7.3.** As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data da abertura da licitação.

**7.3.1.** Se não constar o prazo de validade expresso na proposta, entende-se como o disposto no subitem acima.

**7.4.** Os licitantes deverão consignar no valor global da proposta, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**7.5.** Até data e hora marcadas como fim do recebimento de propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**7.6.** Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.7.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades.

**7.8.** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.9.** A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

**7.10.** É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados

interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

**7.11.** As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

**7.12.** O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS, DA ETAPA COMPETITIVA E DA NEGOCIAÇÃO**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e endereços eletrônico indicados neste edital, sendo conduzida pelo pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico: <http://transparencia.pmmarau.com.br/comprasedital/>.

**8.1.1.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** pelo sistema eletrônico.

**8.2.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**8.3.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos do edital, forem manifestamente inexequíveis ou identifiquem o licitante.

**8.4.** A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos participantes.

**8.5.** A não desclassificação preliminar da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, no momento oportuno.

**8.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, considerando o critério de julgamento de **Menor preço global**.

**8.7.** Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa competitiva (fase de lances).

**8.8.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes participantes poderão formular lances de menor valor, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio (chat na sala de disputa), sendo imediatamente informados do recebimento e do registro do valor do lance.

**8.8.1.** A partir da abertura das propostas, as empresas participantes terão conhecimento dos valores ofertados.

**8.9.** O licitante poderá oferecer lances sucessivos nos itens, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, porém a classificação será pelo menor valor global. Não haverá percentual mínimo entre os lances.

**8.10.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.10.1.** O licitante poderá oferecer lance superior ao que esteja vencendo o certame, desde que inferior ao menor lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tal lance definido como “intermediário”. Havendo lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**8.11.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema.

**8.12.** Durante a sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do preço do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

**8.13.** Durante a fase de lances, não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema, salvo na hipótese do último lance fechado.

**8.14.** Se o licitante enviar lance que esteja em desacordo com o edital poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro, através do sistema.

**8.15.** Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**8.16.** A etapa de lances da sessão pública será no modo de disputa aberto e fechado, conforme artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021. Nesse modo de disputa, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

**8.16.1.** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 5 (cinco) minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente do prazo para envio de lances e, transcorrido o período de até 5 (cinco) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**8.16.2.** Em sequência, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.16.3.** Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.16.4.** Na ausência de lance final e fechado, poderá haver o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado, em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.17.** Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente dos preços apresentados.

**8.18.** Caso nenhum licitante apresente lance na etapa competitiva (fase de lances), valem os preços apresentados e classificados na etapa de propostas.

**8.19.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**8.20.** Encerrada a sessão de lances, o sistema verificará a ocorrência do empate ficto, previsto no artigo 44, parágrafo 2º, da Lei Complementar 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

**8.20.1.** Entende-se como empate ficto, as situações em que as propostas apresentadas pela ME ou EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**8.20.2.** Ocorrendo o empate ficto, a ME ou EPP detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta inferior àquela considerada, até então, de menor valor, sob pena de preclusão.

**8.20.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema realizará sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.20.4.** Se a ME ou EPP convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

**8.21.** O critério de desempate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor preço tiver sido apresentada por ME ou EPP, ou quando a licitação for exclusiva para ME/EPP, ou quando o licitante deixar de declarar a condição de beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006 no momento do envio da proposta inicial.

**8.22.** A ordem de apresentação das propostas é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada.

**8.23.** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

**8.24.** Se ocorrer a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.25.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

**8.25.1** No caso de desconexão do licitante, deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

**8.26.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.27.** Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, por meio do sistema, com o acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

**8.27.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**8.28.** O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo estipulado, na sessão, pelo Pregoeiro.

**8.29.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior, com justificativa aceita pelo pregoeiro.

**8.30.** Encerrada a fase de lances e a fase de negociação, conforme o caso, o Pregoeiro convocará o licitante que ofertou o menor preço para enviar a proposta de preço final e os documentos de habilitação, nos termos deste edital.

## **9. DA ACEITABILIDADE, DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO FINAL E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**9.1.** O pregoeiro convocará o licitante que ofertou o menor preço, para, em prazo não inferior a 02 (duas) horas, encaminhar, por meio eletrônico, em campo próprio do sistema (chat na sala de disputa), a proposta de preço final, conforme o modelo (Anexo VI), redigida em linguagem clara, perfeitamente legível, identificada e assinada pelo representante legal do licitante, em formato PDF, e conter, ainda:

- a) Prazo de validade, não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo não seja explícito na proposta, subentender-se-á o prazo aqui definido;
- b) Descrição completa e detalhada de cada item constante no(s) item(s) classificado(s), incluindo a marca, **quando obrigatória**;
- c) O preço unitário e o preço total de cada item classificado(s);
- d) O preço total da proposta (somatório dos preços totais dos itens classificados), em numeral e por extenso;

**9.2.** A proposta de preço final deverá estar adequada ao valor último lance ofertado (em caso de disputa lances) ou adequada ao valor apresentado pelo licitante na fase de negociação (quando houver).

**9.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, considerando as condições deste edital e seus anexos.

**9.4.** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

**9.5.** O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do órgão ou entidade Município ou de terceiros, para orientar sua decisão.

**9.6.** O Pregoeiro examinará a proposta de menor preço quanto à adequação ao solicitado e classificará a proposta que atender aos requisitos do edital e de seus anexos, realizando, posteriormente a análise dos documentos de habilitação do licitante.

**9.7.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) após a fase de lances, permanecerem com os valores acima do orçamento estimado;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**9.8.** Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que se enquadrar nas hipóteses previstas nos incisos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.9.** Em caso de desclassificação da proposta, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

**9.10.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

**9.11.** Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

**9.12.** Havendo indicação de que a proposta apresentada seja inexequível, caberá ao pregoeiro realizar as diligências para aferir a demonstração da exequibilidade da proposta, ou exigir do licitante a demonstração.

**9.12.1.** Será considerada inexequível a proposta que não tenha demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

**9.13.** A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

## **10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** O licitante que apresentar a melhor proposta, durante a etapa competitiva, será convocado para apresentar os documentos de habilitação descritos nos **subitens 10.2., 10.3, 10.4., 10.5., 10.6 e 10.7.** em prazo a ser definido pelo pregoeiro, nunca inferior a 02 (duas) horas, para fins de habilitação.

**10.1.1.** O prazo definido para a apresentação dos documentos de habilitação, poderá ser prorrogado, mediante solicitação do licitante, acompanhada de suas razões.

**10.1.2.** Caso o licitante não apresente os documentos no prazo estipulado, será desclassificada a sua proposta, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital.

**10.1.3.** Os documentos deverão ser apresentados mediante upload, em formato PDF, perfeitamente legíveis, no campo próprio do sistema eletrônico em que se realiza o certame, observando-se rigorosamente o local, o prazo e as orientações emitidas pelo Pregoeiro durante a sessão pública.

**10.1.3.1.** O licitante deverá acompanhar, de forma contínua e simultânea, todas as comunicações realizadas no sistema eletrônico, tanto no **chat principal** quanto no **chat específico do lote e/ou item em disputa**.

**10.1.3.2.** As convocações para dos documentos de habilitação, esclarecimentos complementares ou quaisquer outras manifestações poderão ser realizadas no chat principal e/ou no chat específico do lote ou item, produzindo ambos plenos efeitos para fins de ciência do licitante.

**10.1.3.3.** Caberá exclusivamente ao licitante verificar, no momento da convocação, qual o ambiente indicado pelo Pregoeiro para a apresentação dos documentos, devendo realizar o envio exatamente no campo, lote, item, sala ou funcionalidade apontados no sistema.

**10.1.3.4.** A ausência de acompanhamento das mensagens constantes no chat principal, no chat do lote ou do item, bem como eventual equívoco do licitante quanto ao ambiente correto para envio, não afastará sua responsabilidade pelo cumprimento tempestivo das exigências editalícias.

## **10.2. Das exigências da habilitação**

**10.2.1.** Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar a documentação constante no item “da habilitação” do Edital, nos termos do artigo 62 da Lei 14.133/2021, e, no caso da presente contratação, os documentos informados abaixo.

## **10.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

**10.3.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações;

**10.3.2.** Certificado da condição de Microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

**10.3.3.** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**10.3.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**10.3.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**10.3.6.** Certidão da junta comercial, para as empresas declaradas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

## **10.4. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista:**

**10.4.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

**10.4.2.** Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.4.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

**10.4.4.** Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**10.4.5.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

## **10.5. Comprovação da Capacidade Técnico-Profissional**

**10.5.1.** A licitante deverá comprovar que dispõe, em seu quadro técnico, de profissional com formação compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no respectivo conselho profissional, quando exigível, detentor de experiência na execução, coordenação, planejamento, acompanhamento, consultoria, assessoria ou apoio técnico em serviços compatíveis com o objeto da contratação.

**10.5.1.1.** A comprovação da capacidade técnico-profissional poderá ser realizada mediante atestado(s), declaração(ões), certidão(ões) ou documento(s) equivalente(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a atuação do profissional em atividades compatíveis com o objeto da contratação, relacionadas à saúde pública veterinária, Medicina Veterinária do Coletivo, manejo ético populacional, bem-estar animal, educação comunitária, planejamento, coordenação, consultoria, assessoria, apoio técnico, elaboração de documentos técnicos, vistorias, campanhas, ações clínicas ou políticas públicas correlatas.

**10.5.1.2.** As certidões, atestados, declarações ou documentos equivalentes apresentados poderão ser objeto de diligência, a qualquer momento, pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, junto à pessoa jurídica emissora, inclusive mediante solicitação de documentos complementares que comprovem a origem das informações prestadas.

**10.5.1.3.** Será admitida a comprovação da experiência por meio de um ou mais documentos, inclusive de forma conjunta, desde que, em seu conjunto, demonstrem a compatibilidade da atuação do profissional com as atribuições previstas no objeto da contratação.

**10.5.1.4.** Os documentos apresentados poderão se referir a atividades concluídas ou em execução, desde que, neste último caso, reste demonstrada a efetiva atuação do profissional nas atividades técnicas descritas no documento.

**10.5.1.5.** A comprovação da qualificação técnico-profissional será realizada por critérios qualitativos, relacionados à natureza, complexidade e aderência das atividades desempenhadas pelo profissional ao objeto licitado, não sendo exigida a comprovação de quantitativos mínimos, postos de trabalho, dedicação exclusiva de mão de obra ou execução direta de atividades operacionais.

**10.5.1.6.** Não serão considerados, para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, cursos de capacitação isolados, participação em eventos, experiências meramente acadêmicas, estágios curriculares ou extracurriculares e atividades voluntárias que não demonstrem efetiva atuação técnica compatível com o objeto da contratação.

**10.5.1.7.** Os documentos apresentados deverão comprovar a atuação do profissional em nível de coordenação, consultoria, assessoria técnica, responsabilidade técnica, planejamento, monitoramento, avaliação ou apoio técnico qualificado em programas, projetos ou políticas públicas relacionadas ao manejo populacional ético, à saúde pública veterinária ou ao bem-estar animal, não sendo admitida a comprovação baseada exclusivamente em participação meramente acessória ou acompanhamento de atividades isoladas, sem atribuição técnica formal.

## **10.5.2. Comprovação da Qualificação Técnico-Profissional**

**10.5.2.1.** As atividades técnicas compreendidas no objeto da contratação deverão ser executadas ou supervisionadas por médico-veterinário legalmente habilitado, com registro profissional ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV e qualificação compatível com a área de atuação.

**10.5.2.2.** A licitante deverá comprovar a disponibilidade de, no mínimo, 01 (um) médico-veterinário com graduação em Medicina Veterinária, registro profissional ativo no CRMV e pós-graduação lato sensu concluída em Medicina Veterinária do Coletivo, o qual atuará como coordenador técnico e responsável técnico pelas ações desenvolvidas no âmbito do contrato, mediante apresentação dos seguintes documentos:

**10.5.2.2.1.** comprovação da formação superior em Medicina Veterinária, mediante apresentação de diploma de graduação devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou outro documento idôneo que comprove a conclusão do curso superior;

**10.5.2.2.2.** comprovação da pós-graduação lato sensu concluída em Medicina Veterinária do Coletivo, mediante apresentação de certificado emitido por instituição de ensino superior credenciada pelo Ministério da Educação – MEC, observadas as normas aplicáveis à modalidade;

**10.5.2.2.3.** comprovação da regularidade profissional, mediante apresentação de registro profissional ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV.

**10.5.2.3.** Não será aceita, para fins de habilitação, a apresentação de matrícula, declaração de frequência, certificado parcial, atestado de curso em andamento, especialização não concluída ou qualquer outro documento que não comprove a efetiva conclusão da pós-graduação exigida.

**10.5.2.4.** Deverá ser comprovado o vínculo ou a disponibilidade do profissional indicado como coordenador técnico e responsável técnico em relação à licitante, admitindo-se, para tanto, a apresentação de um dos seguintes documentos:

**I** – ficha de registro de empregado e Carteira de Trabalho, com o respectivo contrato anotado;

**II** – contrato de prestação de serviços;

**III** – contrato social, no caso de sócio, administrador ou diretor da empresa;

**IV** – termo de compromisso firmado pela licitante e pelo profissional indicado, caso o vínculo ainda não esteja formalizado no momento da habilitação, comprometendo-se a disponibilizar e comprovar o vínculo até a assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

**10.5.2.4.1.** Caso o profissional indicado como coordenador técnico e responsável técnico conste nos registros da empresa licitante perante o conselho profissional competente, tal circunstância poderá ser aceita como elemento de comprovação do vínculo ou da responsabilidade técnica, desde que acompanhada de declaração de disponibilidade do profissional para atuar na execução do objeto, caso a licitante seja contratada.

## **10.6. Documentos relativos à qualificação econômica:**

**10.6.1.** Certidão negativa de matéria falimentar, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou Certidão Judicial Cível Negativa, da Justiça Estadual, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

**10.6.2.** É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

## **10.7. Outros documentos de habilitação (declarações):**

**10.7.1.** As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e **assinadas digitalmente**, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

**10.7.2.** Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, consequentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

**10.7.3.** Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- a) não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) não está impedido de licitar e contratar com o Município de Marau;
- c) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º da Lei Municipal nº 5.188/16.

**10.7.4.** Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

**10.7.5.** Declaração de que o licitante atende ao disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

## **10.8. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.**

**10.8.1.** O licitante que, se enquadra nos benefícios concedidos pela **LC 123/2006 (ME/EPP)**, deverá apresentar a certidão constante no item 10.3.6. deste Edital.

**10.8.1.1.** Caso o licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição na forma disposta no item 10.3.6. deste Edital, será declarado inabilitado.

**10.8.2.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**10.8.3. O licitante que se enquadra nos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006**, nos termos do art. 4º, § 2º, não poderá ter celebrado, no ano-calendário da realização do Pregão, contratos com a Administração Pública cujos valores, somados, ultrapassem o limite de R\$

4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), condição necessária para a fruição do tratamento diferenciado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte.

**10.8.3.1.** A veracidade da declaração de que trata o subitem anterior poderá ser verificada a qualquer tempo pela Administração, mediante consulta aos sistemas oficiais de controle de contratações públicas, sem prejuízo da solicitação de documentos complementares.

**10.9.** As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e assinadas, no mínimo, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

**10.10.** Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.11.** Todos os documentos integrantes da proposta, da habilitação e das demais declarações exigidas neste edital deverão ser apresentados com **assinatura eletrônica** do representante legal ou procurador da licitante, em conformidade com a Lei Federal nº 14.063/2020.

**10.11.1.** As assinaturas eletrônicas deverão observar os padrões de segurança previstos na legislação vigente, sendo admitidas as seguintes modalidades:

**10.11.2.** Assinatura eletrônica avançada: aquela realizada por meio de plataforma eletrônica que permita a identificação inequívoca do signatário e assegure a vinculação da assinatura ao documento, desde que observados os níveis de confiabilidade exigidos pela legislação aplicável;

**10.11.3.** Assinatura eletrônica qualificada: aquela realizada mediante uso de certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

**10.11.4.** Não será admitida a apresentação de documentos meramente digitalizados (escaneados) contendo assinaturas manuscritas, sem a correspondente certificação eletrônica apta a comprovar a autoria, a integridade e, quando exigível, a autenticidade do documento.

**10.11.5.** A validade e a autenticidade das assinaturas eletrônicas poderão ser verificadas pela Administração por meio de ferramentas oficiais de conferência, sistemas próprios de validação ou mecanismos disponibilizados pela plataforma utilizada para aposição da assinatura.

**10.11.6.** Compete exclusivamente à licitante assegurar que os documentos encaminhados possibilitem a verificação da validade das assinaturas eletrônicas, bem como a preservação dos elementos de autenticidade e integridade do arquivo eletrônico.

**10.12.** Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro, caso necessário.

**10.13.** Serão aceitos documentos assinados eletronicamente, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020.

**10.14.** Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

**10.15.** Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

## **11. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

**11.1.** Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do licitante, o Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção, mediante consulta no Portal de Compras e nos seguintes cadastros:

- a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União;
- b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c)** Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

**11.1.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**11.1.2.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.2.** O Pregoeiro examinará os documentos e considerará habilitado o licitante que satisfizer às exigências constantes deste edital, inabilitando-o em caso contrário.

**11.3.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a)** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.4.** Em qualquer fase da licitação, o Pregoeiro ou a Autoridade Competente poderão promover diligência destinada à complementação de informações acerca de documentos exigidos neste edital e já apresentados pelo licitante.

**11.4.1.** Havendo necessidade de envio de informações ou documentos complementares, o licitante será convocado a enviá-los, via sistema, em prazo não inferior a 02 (duas) horas e não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

**11.5.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

**11.6.** Em caso de inabilitação, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de licitante que atenda aos requisitos de classificação e de habilitação.

**11.7.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.8.** O sistema eletrônico do Portal de Compras disponibilizará as atas, relatórios e demais documentos, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

**11.9.** O Pregoeiro ou a Autoridade Competente poderão suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

**11.10.** Na hipótese de necessidade de suspensão, a sessão pública será reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**12.1.** Declarado o vencedor da licitação, após o término do julgamento da proposta e dos documentos de habilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema (chat na sala de disputa), manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**12.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em campo próprio no sistema (chat na sala de disputa), no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

**12.3.** Os demais licitantes ficarão intimados para se desajarem, apresentar contrarrazões, em campo próprio no sistema (chat na sala de disputa), no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente ou da data da intimação.

**12.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

**12.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**12.6.** O recurso e a reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

**12.7.** Na elaboração da decisão acerca do recurso, o Pregoeiro e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

**12.8.** Os interessados ficam obrigados a acessar o Portal de Compras, no endereço eletrônico <http://transparencia.pmmarau.com.br/comprasedital/>, para obter a resposta ao recurso apresentado.

**12.9.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.10.** A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única, na forma prevista no inciso II do § 1º do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** Após declaração do vencedor da licitação, caberá ao Pregoeiro encaminhar o processo licitatório à Autoridade Competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento licitatório, observado o disposto no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **14. DA ASSINATURA DO CONTRATO E DA SUA VIGÊNCIA**

**14.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**14.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**14.2.1.** Alternativamente à convocação para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**14.2.2.** Os documentos deverão ser assinados eletronicamente, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020.

**14.2.3.** Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**14.3.** O licitante se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seu(s) anexo(s).

**14.4.** A vigência desta contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do termo contratual.

**14.4.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado nos termos do artigo 106 da Lei 14.133/2021, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**14.5.** A prorrogação desta contratação está condicionada a:

**14.5.1.** Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com a motivação da prorrogação contratual, atestado pela autoridade competente, com a manifestação de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

**14.5.2.** Manifestação expressa do interesse do contratado na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

**14.5.3.** Indicação da existência de créditos orçamentários vinculados.

**14.5.4.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação.

**14.6.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**14.7.** O licitante deverá preencher a declaração do **Anexo IV** do Edital, indicando o e-mail principal do responsável que manterá contato com o fiscal do contrato.

**14.7.1.** O e-mail indicado será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

## **15. DO PAGAMENTO**

**15.1.** O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, a contar do recebimento da fatura, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Solicitante.

**15.2.** O licitante deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. Após a emissão, iniciará a contagem do prazo de até 10 (dez) dias úteis para o pagamento.

**15.3.** A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a execução do objeto for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

**15.4.** O CNPJ do licitante constante na nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, bem como a empresa deverá possuir conta bancária vinculada a este CNPJ para fins de recebimento dos valores.

**15.5.** O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de nota fiscal ou fatura pela empresa prestadora do serviço, com indicação do número do Processo Licitatório e sua modalidade, e ser acompanhada de todos os documentos previstos neste contrato.

**15.6.** Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade relativa ao FGTS – CRF (Certificado de Regularidade do FGTS).
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- e) Relatórios detalhados dos serviços prestados, contendo a descrição das atividades técnicas desenvolvidas no período.

**15.6.1.** Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

**15.7.** Para fins de pagamento, o licitante deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, do licitante vencedor.

**15.8.** O valor devido ao licitante, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

**15.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**15.10.** O pagamento ao licitante, pelo serviço prestado, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

**15.11.** O licitante deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

**15.12.** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o licitante adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o licitante ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

**15.13.** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o licitante apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo licitante.

**15.14.** Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

## **16. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**16.1.** Após o prazo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da assinatura do Contrato, o licitante deverá estar apto a iniciar a execução dos serviços, observadas as condições e prazos que vierem a ser estabelecidos pela Secretaria solicitante.

**16.1.1.** Caso não seja possível iniciar a execução dos serviços na data assinalada, o licitante deverá comunicar ao Fiscal do Contrato das razões respectivas, com pelo menos 03 (três) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**16.2.** O licitante compromete-se a corrigir, as suas custas, parcial ou totalmente, caso os serviços prestados não atendam aos critérios básicos legalmente estabelecidos no Termo de Referência e

Edital, imediatamente após o comunicado do Fiscal do Contrato, sem custos adicionais ao Município.

**16.3.** O licitante não poderá, sob nenhuma hipótese, efetuar qualquer cobrança dos usuários relativa aos serviços prestados através do presente instrumento, responsabilizando-se por cobranças indevidas realizadas diretamente ou por seus prepostos ou terceiros.

**16.4.** O licitante deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta contratação.

**16.5.** O Município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo licitante com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do licitante, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**16.6.** No caso de descumprimento dos prazos e condições determinadas, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital e/ou Contrato.

**16.7.** Para fins de execução do Programa “Marau CuidaPet” e sempre que necessário ao desenvolvimento das atividades, o Município poderá disponibilizar, mediante prévio agendamento e conforme disponibilidade, veículo oficial e motorista para deslocamentos relacionados às ações do programa.

**16.8.** A responsabilidade técnica e serviços assumidos pelo licitante limita-se aos aspectos técnicos, sanitários, éticos e de padronização de diretrizes e protocolos do programa, não se confundindo, em nenhuma hipótese, com atribuições de fiscalização administrativa ou contratual, controle financeiro, conferência de medições, validação de pagamentos, auditoria de contratos ou apuração de responsabilidades, as quais permanecem sob responsabilidade exclusiva da Administração Municipal.

## **16.9. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E OBRIGAÇÕES DO LICITANTE**

**16.9.1.** A execução dos serviços ocorrerá de forma continuada, compatível com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – “Marau CuidaPet”.

**16.9.2.** O **licitante** será responsável pela disponibilização de profissionais legalmente habilitados e devidamente qualificados para a execução dos serviços, inexistindo qualquer vínculo funcional ou empregatício entre tais profissionais e o Município.

**16.2.3.** Para fins de adequada execução do objeto, a prestação dos serviços deverá ocorrer em, no mínimo, **04 (quatro) dias por semana**, em dias úteis, podendo tal frequência ser ampliada de acordo com a necessidade, desde que observada a disponibilidade técnica semanal máxima de **32 (trinta e duas) horas, sempre de forma presencial**. Este período é utilizado exclusivamente como

parâmetro de dimensionamento das atividades, não se caracterizando como controle de jornada ou carga horária fixa.

**16.9.4.** A execução dos serviços ocorrerá, como regra geral, em dias úteis e de forma compatível com o horário de funcionamento da Administração Municipal, podendo os dias e períodos de atendimento serem ajustados de comum acordo entre Contratada e Município, conforme a natureza das atividades, o cronograma das ações e as demandas do Programa Municipal.

**16.9.5.** O licitante poderá ser convocado a participar de campanhas, mutirões, ações educativas e eventos institucionais, inclusive aos finais de semana, quando necessário e previamente solicitado pela Administração. As horas de serviço executadas nessas atividades poderão ser compensadas durante a semana, mediante ajuste entre as partes.

**16.9.6.** A execução do objeto compreenderá atividades de natureza técnica especializada e atividades de apoio técnico-operacional, conforme as demandas do Programa.

**16.9.7.** Dentre as **atividades técnico-operacionais** a serem realizadas pelo licitante, incluem-se, mas não se limitam a:

- a) Vistorias técnicas e análise de casos concretos;*
- b) Emissão de relatórios, pareceres e laudos técnicos;*
- c) Ações educativas em escolas e comunidades;*
- d) Apoio técnico-operacional em ações clínicas não cirúrgicas, como vacinação e microchipagem;*
- e) Apoio em campanhas e mutirões;*
- f) Organização de registros e consolidação de informações.*
- g) O licitante será integralmente responsável pela qualidade técnica, consistência e conformidade dos serviços prestados.*

**16.9.8.** As atividades de planejamento técnico, definição de diretrizes, assessoramento estratégico, capacitações e validação técnica permanecerão sob responsabilidade do profissional Responsável Técnico indicado pelo licitante.

**16.9.9.** As atividades de caráter técnico-operacional poderão ser executadas por outros médicos-veterinários legalmente habilitados, desde que sob orientação e supervisão técnica do Responsável Técnico.

**16.9.10.** O licitante deverá apresentar relatórios periódicos de acompanhamento técnico das atividades desenvolvidas, conforme definido pela Administração.

**16.9.11.** O licitante deverá comunicar formalmente ao Município quaisquer anormalidades verificadas na execução dos serviços.

**16.9.12.** O recebimento dos serviços pelo Município não exclui a responsabilidade civil do licitante por eventuais vícios de quantidade ou qualidade, nos termos da legislação aplicável.

**16.9.13.** Os serviços deverão ser prestados em local a ser designado pelo Departamento de Engenharia e Meio Ambiente.

**16.9.14.** O licitante deverá atuar durante toda a vigência contratual em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), assegurando o tratamento adequado, seguro e legal dos dados eventualmente acessados ou processados no âmbito da presente contratação.

**16.9.15.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições

nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**16.9.16.** O licitante é responsável por fornecer mão de obra qualificada para desempenhar todas as funções relacionadas ao objeto descrito no Termo de Referência e Edital. Todos os custos associados à mão de obra serão de responsabilidade do licitante. Além disso, o licitante será responsável pela segurança e integridade de seus funcionários durante toda a prestação dos serviços, exonerando-se integralmente o Município.

**16.9.17.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que prestará os serviços, ora licitados, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

## **17. DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO DO CONTRATO**

**17.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados da data de apresentação da proposta financeira do licitante.

**17.2.** No caso de a execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, utilizando como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

**17.3.** Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, será concedido equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento do licitante, desde que suficientemente comprovado o desequilíbrio de forma documental, conforme Decreto Municipal nº 5.751/2021.

**17.4.** O equilíbrio econômico-financeiro deverá ser pleiteado, protocolizando-o no Flowdocs, sistema eletrônico instituído pela administração pública para envio e recebimento de documentos de forma online, sendo que, durante o trâmite e despacho do protocolo, a execução do serviço deverá ser mantida, sem prejuízo à esta Municipalidade.

**17.5.** Caso concedido, a empresa receberá o reequilíbrio, apenas sob os empenhos gerados a partir da data do protocolo.

## **18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**18.1.** As despesas referentes ao objeto serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, vigentes e/ou subsequentes:

Unidade: 000201

Funcional: 18.541.0124.2069.0000

Categoria Econômica: 3.3.90.39.05

ÓRGÃOS SUBORDINADOS MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO  
AMBIENTAL SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

## **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**19.1.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, devendo a empresa contratada executar diretamente os serviços assumidos, mantendo integral responsabilidade técnica, operacional, administrativa e jurídica pela execução do contrato.

## **20. DA FISCALIZAÇÃO**

**20.1.** As disposições quanto a fiscalização da contratação, constam em tópico específico do Termo de Referência (Anexo II), “Modelo de gestão e fiscalização do contrato”.

## **21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.1.** O licitante estará sujeito às seguintes sanções administrativas:

**21.1.1 Serviço prestado em desacordo** com o licitado, acarretará multa de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias, para sanar a irregularidade. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas.

**21.1.2. Atraso** que exceder ao prazo fixado para o início do serviço, acarretará a multa de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas.

**21.1.3.** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de Município, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

**a) Manter comportamento inadequado durante o pregão:** afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos;

**b) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar):** suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;

**c) Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido:** advertência por escrito sempre que verificadas;

**d) Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s):** aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**e) Dependendo da gravidade da falta:** suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);

**f) Nos casos de falta grave:** declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco) anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

**21.1.4.** Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou licitante, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

**21.1.5.** No caso de aplicação de multa, o licitante será notificado, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

**21.1.6.** As penalidades serão registradas no cadastro do licitante, quando for o caso.

**21.1.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

**22.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**22.2.** As demandas deverão ser encaminhadas através do Flowdocs <https://marau.flowdocs.com.br/public/home>, sistema eletrônico instituído pela administração pública para envio e recebimento de documentos de forma online.

**22.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**22.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**22.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**22.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** Esclarecimentos referentes ao objeto desta contratação, poderão ser solicitados para o Setor de Licitações, através do telefone (54) 3342-9520/0800 808 0143, e pelo e-mail [licitacoes@marau.rs.gov.br](mailto:licitacoes@marau.rs.gov.br), no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

**22.2.** Será divulgada ata da sessão pública no Portal de Compras - <http://transparencia.pmmarau.com.br/comprasedital/>.

**22.2.1.** Nas atas da sessão pública, constarão os registros dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos, e do vencedor da licitação;

**22.2.2.** Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

**22.3.** O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e anexos, pois a simples apresentação da proposta o vincula de modo incondicional às obrigações neles contidas.

**22.3.1.** A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**22.4.** É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

**22.5.** As informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizados no site referido no <http://transparencia.pmmarau.com.br/comprasedital/>, sem prejuízo às informações prestadas ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

**22.6.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.7.** O presente Edital, bem como a proposta vencedora, fará parte integrante do instrumento de contrato ou documento equivalente, como se nele estivessem transcritos.

**22.8.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.9.** Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

**22.10.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.12.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**22.13.** A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

**22.14.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seu(s) anexo(s) ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.15.** Fica eleito o foro da Comarca de Marau para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Edital ou aos seus anexos.

MARAU/RS, 29 de abril de 2026.

Departamento de Engenharia e Meio Ambiente

Departamento Jurídico